

e dar uma perspectiva de futuro para milhares de famílias que aguardam a oportunidade de ter uma moradia, de ter proteção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Simão Pedrão, vamos continuar aqui no Pequeno Expediente. Na lista de oradores, o próximo é o deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.)

Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Tenente Coimbra. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, chamamos para fazer uso da palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Reis, deputado Simão Pedro, Sras. Deputadas, Sr. Deputado Carlos Giannazi, Srs. Deputados, no último dia 20 de novembro a Oxfam Internacional publicou uma pesquisa que diagnosticou que o 1% mais rico da população mundial é responsável pela mesma quantidade de emissões de carbono que os dois terços mais pobres do planeta.

A informação é de que 77 milhões de pessoas são responsáveis por 16% das emissões mundiais relacionadas ao consumo. Este é o mesmo percentual de emissões registrado por 66% da população mundial com menor renda, o que equivale a 5,11 bilhões de pessoas.

Parte dessa emissão de carbono dos super-ricos está no uso de jatinhos particulares e superiates. Por essa razão protocoliei na Assembleia Legislativa o PL 1.604, que cria a taxa de preservação ambiental como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas e particulares no estado de São Paulo.

Segundo a Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero, 2.200 voos de helicóptero são realizados todos os dias na capital, um a cada 45 segundos, o que coloca a cidade de São Paulo na liderança mundial do tráfego deste tipo de aeronave. De acordo com o Instituto Brasileiro de Aviação, 20% dos voos particulares no Brasil acontece em aeroportos no estado de São Paulo.

A taxação será calculada por tonelada de carbono emitido por avião ou helicóptero voltado ao transporte individual. É sabido que a propriedade de jatos, helicópteros e outros aeronaves, além de barcos de luxo não é tributada no Brasil.

A taxa aqui proposta significará, na prática, no ano de 2023, um custo de R\$ 513,90 por tonelada emitida por avião ou helicóptero voltado ao transporte individual, valor considerado baixo frente aos custos exorbitantes dessa atividade.

Para este cálculo, toma-se como base a Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, regulada por legislação própria, equivalente, no presente ano, a R\$ 34,26, multiplicado por 15, a cada tonelada informada para a operação.

A cobrança cai para R\$ 342,60, (Ufesp 10) no caso de uso de combustíveis sustentáveis (Sustainable Aviation Fuel), uma preocupação crescente da indústria de aviação e que tem levado a inovações e desenvolvimento tecnológico crescente.

Além de promover a justiça tributária, este projeto pretende inserir o estado de São Paulo na vanguarda da justiça climática, ao propor uma forma de taxação que não apenas significa ônus às práticas poluidoras de cidadãos mais ricos, como também, destinar os recursos arrecadados às atividades de preservação e recuperação ambiental, como, por exemplo, a criação e manutenção de parques e áreas verdes, o pagamento por serviços ambientais por catadores, a promoção da agricultura familiar sustentável, a recuperação de áreas degradadas e assim por diante.

Assim, o Projeto de lei nº 1.604 institui a taxa de preservação ambiental como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas particulares e executivas no estado de São Paulo.

No Art. 1º, fica instituída a taxa de preservação ambiental com o objetivo de mitigação e compensação de danos ambientais decorrentes de operações de aeronaves que atuam na aviação particular e executiva no estado de São Paulo.

As aeronaves compreendidas no caput deste artigo são aquelas certificadas para o serviço aéreo privado e táxi aéreo pela Agência Nacional de Aviação Civil que executam aterrissagem ou decolagem no estado de São Paulo. Não são passíveis de taxação previstas nesta lei as operações das seguintes categorias: instrução, serviço aéreo especializado, aviação experimental e demais categorias de interesse público.

Aeronaves em prestação de serviço a entes governamentais, em missões humanitárias ou em atenção a procedimentos de saúde são consideradas de interesse público. A TPA é devida por pessoa física ou a pessoa jurídica, operadora do voo, calculada com base no peso da aeronave a ser recolhida por operação de decolagem e aterrissagem.

Sr. Presidente, eu solicito que seja transcrito, no seu todo, o texto dessa lei nas notas taquigráficas.

Gostaria, na minha conclusão hoje, saudar a boa notícia de que, ontem, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou o projeto de lei, também de minha autoria, que cria o Parque do Rio Bixiga ali no Itaim Bibi, algo que certamente está deixando muito feliz o José Celso Martinez Corrêa lá no céu.

O projeto também contou com a colaboração entusiasta da vereadora Luna Zarattini e de diversos outros vereadores que, por maioria, aprovaram esse projeto de lei, que teve o Gilberto Natalini, hoje secretário do Verde, um dos que pioneiramente o apresentaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Está deferido o pedido de V. Exa. para que seja publicado o teor do projeto. Seguindo na Lista Suplementar, chamamos para fazer uso da palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, é um absurdo o que a Secretaria da Educação, a Seduc, o que o secretário Renato Feder, dono da Multilaser - agora Multi -, e o governador Tarcísio estão fazendo com a Educação, Sr. Presidente.

Além de enviar uma PEC aqui para a Assembleia Legislativa reduzindo o orçamento da Educação de 30% pra 25%, retirando mais de 9 bilhões de reais, quase 10 bilhões de reais por ano da Educação, o governo agora, Sr. Presidente, está anunciando, através da Secretaria da Educação, que vai demitir milhares de professores.

Haverá uma demissão em massa de professores categoria “O”, de professores contratados pela malfadada Lei nº 1.093. Milhares de professores. Vai ser a maior demissão em massa da história do funcionalismo público do estado de São Paulo. Talvez a maior demissão em massa do Brasil, da história do Brasil, Sr. Presidente. Milhares e milhares de professoras e professores serão demitidos dos contratos de 2018, 2019 e 2020.

Esse é o anúncio da Secretaria da Educação, da Seduc: demissão em massa de milhares de docentes da rede estadual. Nós estamos, Sr. Presidente, aqui apelando ao governo para que ele prorrogue os contratos e realize a chamada imediata dos aprovados no concurso, porque nós temos uma verdadeira precarização da contratação de professores.

São quase 100 mil professores contratados pela Lei nº 1.093, conhecidos como professores categoria “O” na rede estadual. Então tem vaga para todo mundo, o governo pode prorrogar os contratos, pode chamar os aprovados. Mas há boatos, há informações de que o governo vai chamar em 2024 para assumir só em 2025.

Me parece, Sr. Presidente... Me parece, não. Esse governo não quer professores efetivos, concursados. Ele tem medo de professor com estabilidade, o professor que questiona. Então ele evita chamar professores aprovados em concurso público.

Nós exigimos aqui, Sr. Presidente, que haja, primeiramente, a prorrogação de todos os contratos, como nós já fizemos em anos anteriores. O governo encaminha o projeto de lei, nós aprovamos e prorrogamos todos esses contratos, enquanto o governo vai fazendo a chamada dos aprovados.

Pelo menos nesse primeiro momento, dos 15 mil aprovados, depois ele pode aumentar o número de vagas e efetivar todos os professores da categoria “O”, porque a maioria fez o concurso e passou no concurso público. Essa é a nossa exigência, Sr. Presidente.

Mais grave ainda, lógico que haverá demissão em massa, haverá um forte, um gravíssimo e desumano prejuízo e transtorno para as professoras e os professores, mas também haverá um transtorno e um impacto, Sr. Presidente, extremamente perverso ao ensino, ao processo ensino-aprendizagem, ao projeto pedagógico das escolas, aos projetos pedagógicos das escolas que perderão seus professores.

Esses professores vão perder o vínculo com as suas respectivas escolas, professores que já criaram vínculo, que já estão implantando, trabalhando o projeto pedagógico da escola.

Então haverá um rompimento desse vínculo e haverá um forte impacto no processo ensino-aprendizagem, também prejudicando milhões de alunos, alunas, crianças e adolescentes, jovens e adultos da rede estadual de ensino.

Olhe só a gravidade da situação, Sr. Presidente. Então, muito importante, nós estamos exigindo que o governo tome providência, porque está cometendo ali dois crimes contra a Educação, contra os professores e as professoras: demissão em massa, a maior demissão na história do Brasil, Sr. Presidente, vai acontecer exatamente agora, no dia 31 de dezembro, se nada for feito, e, depois, um impacto também jamais visto no processo ensino-aprendizagem e nos projetos pedagógicos das escolas que serão afetadas.

Uma boa parte desses professores, Sr. Presidente, estão nas escolas, todas as escolas serão impactadas, porque esses professores com esses contratos desses anos que eu citei estão espalhados por toda a rede de ensino, no Interior paulista, na Capital, na grande cidade de São Paulo e na Baixada Santista.

Então, eu quero aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, exigir que o governo tome providências para evitar esse crime de lesa-humanidade contra a Educação, contra o Magistério e contra os nossos alunos.

E gostaria, Sr. Presidente, que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas à Secretaria da Educação e ao governador Tarcísio de Freitas, para que esse desastre, esse crime seja impedido enquanto há tempo para isso, Sr. Presidente. Demissão em massa de professores e professoras, é isso que a Secretaria está anunciando com o rompimento dos contratos dos professores da categoria “O” de 2018, 2019 e 2020.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Defiro o pedido de V. Exa. para que as cópias sejam encaminhadas.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, deputado Reis, deputado Carlos Giannazi, demais deputados e deputadas desta Casa, eu gostaria de transmitir um convite que o presidente André do Prado está encaminhando a todos os deputados e deputadas, para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica de Cidadania, que acontecerá na próxima segunda-feira, às 18 horas, no Plenário Dom Pedro.

Então, deputado Carlos Giannazi, deputado Reis, gostaria até de formular um convite pessoal a ambos. Se quiserem, serão muito bem-vindos para participar desta Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica, para que ela logo se torne uma realidade no caminho de se tornar universal e incondicional, o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica.

Há três semanas atrás, eu enviei uma carta ao presidente Lula, ao vice-presidente Geraldo Alckmin, aos diversos ministros das áreas econômica e social, inclusive, o Wellington Dias, para que possam criar uma comissão, um grupo de trabalho, para estudar as etapas em direção à evolução, desde o “Bolsa Família”, até a renda básica universal.

Eu avalio que essa frente parlamentar poderá ajudar muito nesse propósito. Estão, portanto, convidados todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados, para fazerem parte dessa frente parlamentar em defesa da renda básica universal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Deputado Carlos Giannazi, tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje. Sr. Presidente, eu quero aqui cobrar da Secretaria da Educação, da Seduc, que retire esse critério punitivista, que visa punir o Magistério estadual agora, sobretudo no processo de atribuição de aulas para 2024.

Nesse critério de assiduidade, ou presença na escola, o governo estipulou, criou um novo critério de pontuação para o processo de atribuição de aulas do ano que vem, Sr. Presidente, extremamente perverso, nefasto, que visa atacar a dignidade dos nossos professores e das nossas professoras. Ele criou esse critério de assiduidade, presença na escola, Sr. Presidente.

O que acontece? Ele desconta, nessa pontuação, nesse critério, licença-nojó, licença-maternidade, faltas do TRE, doação de sangue, até licença-prêmio, Sr. Presidente, o governo está descontando da assiduidade. Ou seja, o professor que vai usufruir de um direito garantido na legislação, no estatuto do funcionalismo público estadual, uma lei de 1968...

Ele, ao se beneficiar, exercer esse direito da licença-prêmio, que ele conquistou, será punido na sua pontuação, aqui no processo de atribuição de aulas. Se morreu um familiar e tirou uma licença-nojó, ele será punido também, Sr. Presidente, aqui no processo de atribuição de aulas. Se ele ficou doente, tirou uma licença de uma semana, uma licença-médica para fazer uma cirurgia, punição para o professor.

Está aqui, Sr. Presidente, na resolução e, também, no projeto de lei que foi encaminhado, deputado Suplicy, aqui para a Assembleia Legislativa, que trata da questão das APDs. Olha só a gravidade da situação. Se o professor for fazer uma doação de sangue em um determinado dia, então, ele será punido também aqui na pontuação para o processo de atribuição de aulas.

É um absurdo isso, Sr. Presidente. Esse governo não sabe mais o que fazer para punir o Magistério e os servidores da Educação. Então, esse critério tem que ser retirado imediatamente da resolução, do projeto de lei que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, projeto que versa sobre a questão da falta-aula, APDs....

Eu apresentei emendas corrigindo todos esses ataques, todos esses erros. Emendas aos PLC do governo, mas a resolução também tem que ser alterada, Sr. Presidente. Isso é um absurdo. Isso mostra o quanto o governo tem ódio do Magistério estadual, mas nós estamos tomando todas as providências para que haja alterações nesse critério e em outros também.

Mas, eu quero destacar, no dia de hoje, esse da assiduidade punitivista, presença na escola punitivista, que pune os professores, porque... E, é inconstitucional, porque temos o estatuto do funcionalismo público, que é uma lei estadual importante, que garante os direitos e os deveres dos servidores estaduais.

Essa decisão da secretaria está afrontando, está violando a legislação existente. Por isso que nós queremos repudiar veementemente, dizer que estamos tomando as providências necessárias para alterar, Sr. Presidente, esse critério.

Por fim, Sr. Presidente, tenho aqui uma última intervenção no dia de hoje, sei que já vai levantar a sessão, que é em relação à Escola Estadual João Kopke, uma escola que fica aqui no centro da cidade, pertinho da Secretaria da Educação.

No ano passado, Sr. Presidente, nós aprovamos o Orçamento, a Lei Orçamentária para ser executada neste ano, de 2023, e

a nossa deputada Erica Malunguinho apresentou uma emenda para a comunidade escolar, para a escola João Kopke.

Uma Emenda que foi aprovada, logicamente, incorporada à Lei Orçamentária, e hoje as emendas parlamentares são impositivas, elas entram no Orçamento, na Lei do Orçamento.

A lei foi aprovada com a destinação de um valor para a reforma, para a manutenção da Escola João Kopke, no entanto, Sr. Presidente, olha só, a emenda foi aprovada no ano passado e, até agora, até exatamente o dia de hoje, a emenda não chegou à escola João Kopke.

Então, o governo não faz a reforma, o que já é um absurdo, porque ele deveria... Tem dinheiro, nem precisaria de emenda parlamentar de deputado. Eu acho um absurdo isso, que as escolas tenham que recorrer aos deputados para reformar, para fazer a manutenção das escolas, sendo que a Secretaria da Educação tem quase 50 bilhões de reais no seu cofre, no seu orçamento, para fazer a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Ela disse que não tem dinheiro, os deputados ajudam, eu também ajudo, porém, mesmo assim, Sr. Presidente, a emenda não foi executada até agora, da Escola João Kopke, que precisa de reforma.

Eu fui lá várias vezes, é uma escola que fica em uma região ali perto da Cracolândia, ali perto da Sala São Paulo. Essa escola já foi depredada algumas vezes, o portão, enfim...

Eu venho acompanhando a situação dessa escola, no entanto, Sr. Presidente, até agora nada foi feito, a Secretaria da Educação não está liberando o dinheiro, não está respeitando a lei, Sr. Presidente, é emenda impositiva, está no Orçamento, na Lei Orçamentária.

Olha só, eu acho que só pode ser um boicote. É muita incompetência, é muito descaso, Sr. Presidente, ou é muita irresponsabilidade dos setores burocráticos, dos tecnocratas e dos burocratas da Secretaria da Educação em liberar, ou é descaso mesmo, Sr. Presidente.

É o que o nosso querido e grande intelectual Darcy Ribeiro, um dos maiores intelectuais do Brasil, já dizia, que a crise da Educação não é uma crise, crise da Educação é um projeto das elites, e eu acrescento: das elites econômicas e políticas para manter exatamente isso, as escolas sucateadas e degradadas.

Então, não é incompetência, parece que é um projeto da Seduc manter as escolas exatamente nessa situação. Também, Sr. Presidente, eu quero aqui dar... Mas eu já fiz um pronunciamento pedindo a execução dessa emenda parlamentar, coloquei aqui no telão que tem fotos da escola, tem o recurso que foi destinado na Lei Orçamentária...

Repito: não estamos pedindo nenhum favor, Sr. Presidente, estamos pedindo o cumprimento da lei para uma escola estadual que fica muito próxima ali da Secretaria da Educação.

Então, que o governo libere, em caráter de extrema urgência, Sr. Presidente, esse recurso para a Escola João Kopke, que está precisando, Sr. Presidente, de uma ampla reforma, de uma ampla manutenção.

O estado tem recursos para isso e tem que liberar essa emenda da nossa ex-deputada Erica Malunguinho, porque ela foi uma deputada importante aqui na Assembleia Legislativa, combativa, que marcou a história do parlamento paulista.

Gostaria, Sr. Presidente, para finalizar, que cópias do meu pronunciamento em relação a esse tópico fossem encaminhadas exatamente ao governador Tarcísio de Freitas e ao secretário estadual de Educação, e que a emenda, que o recurso seja liberado para a escola.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, e nenhum orador mais interessado em utilizar a tribuna, eu peço aqui o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Também defiro o pedido para que as cópias sejam encaminhadas para o Sr. Governador e para o Sr. Secretário da Educação do Estado de São Paulo.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma excelente tarde.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos.

24 DE NOVEMBRO DE 2023 143ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: PAULA DA BANCADA FEMINISTA, CARLOS GIANNAZI, EDUARDO SUP LICY E REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - EDUARDO SUP LICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Manifesta apoio ao pronunciamento do deputado Eduardo Suplicy.

7 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - EDUARDO SUP LICY

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento da deputada Paula da Bancada Feminista

9 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE EDUARDO SUP LICY

Parabeniza a Presidência efetiva pela adoção de medidas contra ações ofensivas a parlamentares, nesta Casa.

11 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - REIS

Assume a Presidência.

15 - EDUARDO SUP LICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

17 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

18 - REIS

Assume a Presidência.

19 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

20 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Paula da Bancada Feminista.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Solicito à TV Alesp que inicie a transmissão, por favor.

Presente o número regimental de Sras. Deputas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Leitura de oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.)

Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Deputada Paula da Bancada Feminista, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia.

Sra. Presidente, eu quero aqui repudiar, veementemente, a fala, o comportamento do secretário estadual de Justiça e Cidadania do estado de São Paulo, que ontem, Sra. Presidente, cometeu um grave erro. Na verdade, cometeu um grave ataque ao Magistério estadual.

Um ataque repugnante, Sra. Presidente, que nós temos que repudiar com muita veemência. E, também, ao mesmo tempo já aproveito para dizer que ele não tem condições mais de estar no cargo.

Ele esteve ontem na cidade de Olímpia, na 4ª Conferência Estadual de Juventude e fez um discurso, uma fala contra o Magistério. Eu quero mostrar primeiro para depois comentar e dizer que nós estamos pedindo a saída dele, a exoneração deste secretário de Justiça e Cidadania. Primeiro, eu gostaria de colocar a fala dele, para que V. Exas. pudessem ver a gravidade da situação.

- É exibido o vídeo.

Então, ele foi vaiado. Inclusive, a juventude presente não aceitou este ataque às as disciplinas de filosofia, sociologia e todas as outras, menos português e matemática. E a juventude, os jovens que estavam na 4ª Conferência reagiram à altura, repudiando essa nefasta e perversa fala do secretário Fábio Prieto, que ainda afirma que foi juiz de direito, foi juiz federal.

Deveria ele saber a importância da filosofia. Ele não quer filosofia para a juventude, mas ele teve, com certeza, quando fez o seu curso de Direito, filosofia do direito, teve filosofia geral. No entanto, para a juventude, não há filosofia, não há sociologia, mas ele comete vários equívocos, vários erros e várias agressões ao mesmo tempo.

Não sei como que ele passou no concurso, deputada Paula, para ser juiz federal, mas aquele Moro também, passou, não é? E mal sabe falar o português, e comete erros gravíssimos. Eu não sei como é que ele passou no concurso público desconhecendo, por exemplo, que filosofia e sociologia são duas disciplinas obrigatórias.

Não é o sindicato que dá aula de filosofia e sociologia, são duas disciplinas obrigatórias no currículo escolar. O que nós temos é que, no passado, quando houve a ditadura militar no Brasil, quando houve a quebra do estado democrático de direito, foi implantada a tortura como política do estado brasileiro.

Os militares fizeram uma reforma educacional e retiraram essas disciplinas de filosofia e sociologia, porque são disciplinas que têm a ver com o desenvolvimento do senso crítico dos nossos alunos e da nossa juventude.

E governos autoritários, governos profascistas e totalitários têm medo da filosofia. Eles atacam a filosofia, a sociologia, a história. É o que está acontecendo agora.

O governo Tarcísio acabou de publicar uma resolução reduzindo o número de aulas de filosofia e sociologia. Só não retirou porque não é permitido. Está na LDB, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei nº 9.394, viuz, juiz federal? A lei é a lei. Acho que ele não conhece a legislação.

Esse ex-juiz, não sei se ele continua, acho que ele é aposentado, deve ser, para estar exercendo o cargo... Deputada Paula, só para terminar aqui. Tem também os conteúdos da BNCC, dessas duas disciplinas, mas os militares retiraram porque eles tinham medo.

Os governos autoritários que querem dominar o povo atacam a filosofia, a sociologia e a história. E, voltando aqui ao que eu disse, o Tarcísio reduziu as aulas de filosofia e sociologia no ensino médio, reduziu as aulas de história e de artes também, no próprio ensino médio e no ensino fundamental também.

Quer dizer, o que eles querem mesmo é formar mão de obra barata, alunos, uma juventude sem senso crítico. Então nós estamos repudiando com veemência essa fala do secretário de justiça e cidadania, deputada Paula, deputado Mecca, deputado Suplicy, e nós exigimos a imediata exoneração.

Ele não tem condições de ficar no cargo. Foi a secretaria que organizou o evento em Olímpia, essa 4ª Conferência, e a Conferência vaiou, repudiou também, do jeito que eu estou repudiando aqui, em nome do Magistério estadual, aqui (Inaudível.) o Magistério estadual, aliás, todos os professores.

E me associo aqui ao que disse em uma matéria na Uol agora o presidente do Sindicato dos Professores, o Sinpro de São Paulo, Celso Napolitano, que exige também a exoneração desse secretário porque ele diz o seguinte, que ele desqualificou todas as disciplinas, todos os professores, exceto os de português e de matemática, mas tenho certeza de que esses professores estão também solidários aos professores e professoras das outras disciplinas e, com certeza, defendendo também a exoneração desse secretário.

Muito obrigado. E dizer que nós estamos ingressando com uma representação no Ministério Público estadual contra essa agressão perversa, covarde e repugnante contra os professores e as professoras do estado de São Paulo.

Muito obrigado,